

Verbo.

Revista Brasileira
do Livro Universitário

setembro de 2006
distribuição gratuita

01

a (polêmica) digitalização de livros na internet

Os defensores e os críticos da
cópia de livros

Entrevista: Ferreira Gullar

Funcionou a política do livro no
Governo Lula?

A difícil arte de traduzir

Expediente

Verbo - Revista Brasileira do Livro Universitário

Número 1 - Setembro de 2006

Versão eletrônica em www.abeu.org.br

Versão impressa gratuita e dirigida

Equipe de Comunicação da ABEU

Diretor de Comunicação: Alcides Buss (alcides@editora.ufsc.br)

Jornalista responsável: Moacir Loth (SC 00397-JP) (loth@editora.ufsc.br)

Planejamento gráfico, diagramação e edição: Bruno Moreschi (brunomoreschi@gmail.com)

Reportagem: Artêmio Reinaldo de Souza e Bruno Moreschi

Capa: Bruno Guilherme (bruno.guilhermo@gmail.com)

Revisão: Heloisa Miranda

Diretoria

Presidente **Valter Kuchenbecker** (ULBRA)

e-mail: presidente@abeu.org.br

Vice-presidente **Flávia Goullart** (UFBA)

e-mail: flaviagr46@hotmail.com

Secretário **Oswaldo Truzzi** (UFSCAR)

e-mail: truzzi@power.ufscar.br

Diretor Financeiro **Honório Nascimento** (UFSM)

e-mail: honorio@adm.ufsm.br

Diretor de eventos **Sheila Diab Maluf** (UFAL)

e-mail: sdmaluf@uol.com.br

Diretor de comunicação **Alcides Buss** (UFSC)

e-mail: alcides@editora.ufsc.br

Diretor difusão editorial **João Canossa** (Fiocruz)

e-mail: jcanossa@fiocruz.br

Diretor Norte **Nilson Santos** (UFRO)

e-mail: nilson@unir.br

endereço:

Diretor Centro-Oeste **Margarita Victoria Rodrigues** (UCDB)

e-mail: margarita@ucdb.br

Diretor Nordeste **Maria Nadja N. Bittencourt** (UNEB)

e-mail: naddija.nunes@uneb.br

Diretor Sudeste **Renato Casimiro** (UERJ)

e-mail: renatocasimiro@hotmail.com

Diretor Sul **Neide Zaninelli** (UEL)

e-mail: eduel.dir@uel.br

Associação Brasileira das Editoras
Universitárias (ABEU)
Av. Fagundes Filho, 77
Sala 24
Vila Monte Alegre
CEP:04304-010 São Paulo SP Fone/Fax:
(11) 5078-8826
www.abeu.org.br
abeu@abeu.org.br
Secretário Rubens Nery
*Para ler notícias semanais sobre livros
universitários, assine o newsletter ABEU
em rede em www.abeu.org.br*

Editorial

POR ALCIDES BUSS, diretor de comunicação da ABEU

Serão as bibliotecas de hoje museus de amanhã? Todos nós, que crescemos e gastamos boa parte de nossas vidas sob a farfalhar das letras e das páginas dos livros de papel, inquietamo-nos com este futuro que, já próximo, acena com um novo livro, feito de tela luminosa e impulsos elétricos. Estamos preparados para a mudança? *Verbo*, a revista brasileira do livro universitário, traz um olhar indagador sobre tudo isto e algumas respostas. Vale a pena conferir. Não fosse pouco, oferece ainda ao leitor uma bela entrevista, exclusiva, com Ferreira Gullar, o mais importante poeta brasileiro em atividade e, o que se pode dizer, um intelectual por in-

teiro. *Verbo* também leva adiante, por sua importância, a discussão sobre a prática disseminada da cópia-xerox no meio universitário. E mais: um ótimo artigo sobre os desafios, às vezes intransponíveis, da tradução literária; o “problema” da divulgação em C&T; e, entre outras coisas, os avanços e recuos da política para o livro e a leitura no Brasil. *Verbo*, em sua segunda edição, mantém a meta de ser um veículo de debate e de estímulo à produção editorial universitária de qualidade, comprometido com a idéia de um país de leitores, seja o livro feito em papel, seja o que vier.

Índice

- 4** Coluna Trivial ::: Comentários sobre o mercado editorial.
- 7** Entrevista ::: O poeta Ferreira Gullar fala de poesia, educação e da situação do livro no Brasil.
- 10** O Erotismo da tradução ::: O tradutor Didier Lamaison analisa o desafio de traduzir poemas.
- 13** Livro bite ::: A reportagem de capa mostra os efeitos que a digitalização causará no mundo da leitura.
- 15** A Nova impressão ::: Doutor em História, Luiz Eugenio Vescio, apresenta uma nova tecnologia para a produção de livros.
- 16** A Questão da cópia ::: Os defensores e os críticos das fotocópias de livros.
- 18** Polêmica ::: O governo Lula melhorou o acesso ao livro no Brasil?

Nesta página

A relação entre o Jornalismo e a divulgação científica

Ao lado

CBL inspirada pelos ideais de Monteiro Lobato

Na página 6

Cadê a política revolucionária do Ministério da Cultura?

TRIVIAL

POR MOACIR LOTH (loth@editora.ufsc.br)

Jornalistas x Cientistas

Uma fonte necessariamente precisa dispor de informações relevantes. Além da consciência de que socializar os conhecimentos é um dever do cidadão cientista, deve esforçar-se no sentido de facilitar o trabalho do jornalista, evitando, ao máximo, a linguagem tecnicista e acadêmica para que haja uma comunicação correta dos resultados das pesquisas. Uma boa fonte não pode enganar o jornalista, criando, por exemplo, falsas expectativas ou sonegando a verdade. Quer dizer, a sua conduta tem que se pautar, acima de tudo, em princípios éticos e sociais, inspirando a confiança do jornalista na difícil intermediação da notícia para a sociedade.

A relação entre cientistas e jornalistas deve ser extremamente profissional, prevalecendo sempre o respeito mútuo. Condenamos a prepotência e a agressividade de ambos. Também não aprovamos

Achamos uma obrigação esclarecer toda e qualquer dúvida antes da publicação da matéria. Consideramos importante fazer algumas consultas ao entrevistado mesmo quando aparentemente a informação se apresenta cristalina. Isso aumenta a compreensão e o respeito mútuos. É fundamental que os dois lados afastem vaidades e interesses pessoais em nome da informação precisa e útil à sociedade.

O Manifesto Brasileiro pelo Acesso Livre à Informação Científica, elaborado pelos pesquisadores Sueli Costa e Hélio Kuramoto, enfatiza que “a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação”. Ou melhor, “trata-se de processo contínuo em que a informação científica contribui para o desenvolvimento científico e este, por sua vez, gera novos conteúdos, realimentando todo o processo”. Conforme informa o *Jornal da Ciência*, o objetivo do documento é estimular a implantação no País de uma política nacional de acesso livre à informação científica através do envolvimento da comunidade de C&T.

Também ao *JC*, o sociólogo português Boaventura Santos foi feliz ao sublinhar que “não precisamos apenas de cientistas, de elites, precisamos de cidadãos que são informados dos problemas científicos, pois vivem, em suas comunidades, o impacto do desenvolvimento científico”. Quer dizer, “os cidadãos querem saber o que se passa com as mudanças climáticas, com a qualidade dos organismos geneticamente modificados e qual seu impacto ambiental. A ciência tem que responder a esta responsabilidade social”.

Os Jornalistas têm o dever de aprimorar os seus conhecimentos, atualizando-se permanentemente. O conhecimento geral é fundamental, mas a especialização torna-se cada vez mais imperativa na profissão. No entanto, para fazer jornalismo científico não é preciso o jornalista virar cientista; muito menos o cientista virar jornalista!

É fundamental que os dois lados afastem vaidades e interesses pessoais em nome da informação precisa e útil à sociedade

a pura troca de figurinhas, isto é, sem o exercício de uma qualidade essencial do jornalista: a sua capacidade crítica. Ou seja, o jornalista tem a missão de divulgar a ciência, mas não pode fazer propaganda do que desconhece ou se nega a conhecer, passando, dessa forma, a ser menino de recados e, por conseqüência, enganando o leitor, o consumidor do produto científico. Em síntese, a confiança deve existir; só que não pode ser cega e, sim, profissional.

Entendemos que a humildade é uma companhia essencial do jornalista, principalmente daquele que divulga ciência. Não é que se deva submeter os originais para correções de conteúdo e de forma.



“Não basta dar acesso à internet para resolver todos os problemas sociais do Brasil. A inclusão digital é apenas um meio de propiciar conhecimento, jamais um fim, como vem sendo interpretado por muitas pessoas”

Carlos Montez e Valdecir Becker, autores do livro *TV Digital Interativa* (Edufsc).

Construindo cidadãos - Monteiro Lobato, autor de *Urupês* (1918-1925, nove edições, 30 mil exemplares), seria o homem certo para tocar a política de leitura. Ele entendia que um país se faz com homens e livros. O Jeca Tatu certamente teria assento nobre no governo caipira de Lula. Márcia Camargo escreveu na *Cult* que “nas pegadas de Euclides da Cunha” de *Os Sertões*, Lobato “voltou o olhar do litoral para o interior, onde a maioria dos escritores tinha medo de entrar por causa dos carrapatos”.

TRIVIAL

Espírito de Lobato na CBL - Na sua batalha permanente pela construção de um País de leitores, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) publicou o *Guia do Livro – Orientação básica para aquisição de acervos públicos e privados*, de Maria Antonieta Antunes Cunha. Trata-se, segundo a CBL, de um instrumento capaz de “contribuir para o nosso ideal de aproximar os livros dos leitores, através da seleção de um acervo atualizado para aquisição pelas bibliotecas”. Eis mais uma ação concreta para promover a leitura.

Dando o braço a torcer

A revista *Panorama Editorial*, da CBL, publicou uma reportagem especial sobre as editoras universitárias, ressaltando o que a grande imprensa ainda não enxergou: a qualidade técnica e editorial dos livros universitários. Percebeu também a importância vital do segmento para a socialização e circulação do conhecimento desenvolvido na universidade brasileira.

Tradução ou traição?



Na página 10, leia o artigo do tradutor Didier Lamaison sobre o complexo processo de traduzir livros.

O Nobel brasileiro morreu - O Brasil ainda não ganhou um Nobel de Literatura por falta de sorte. O autor de *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa, estava indicado no ano em que morreu (1967). Escrito há 50 anos, o livro foi festivamente relançado na Bienal de São Paulo. Hora de dar carona, por exemplo, a obras como *Mulheres Rosianas – percursos pelo Grande sertão: veredas*, de Adair de Aguiar Neitzel, publicado pela Edufsc e Univali.

Língua de cobra - O mercado cobra inúmeras línguas. Mas descuida daquela que mais interessa, a nossa própria língua. É que o inglês oblitera a língua-mãe, comprometendo, inclusive, o lulês. Ferreira Gullar, aquele do *Poema sujo*, acalma as víboras e os incautos. Escrever, garante o escritor, independe do conhecimento de Português. Essencial mesmo é ler, e bastante. Uma língua ferina, por exemplo, não precisa saber escrever. Até porque a língua não escreve, embora tenha que ser morta separadamente – do corpo – no caixão do gramático! Mas chega de cuspir regras. Escrever não é difícil. O problema são as idéias, ou melhor, a falta delas.

Língua de cobra II - É o maior barato. Com acervo “high-tech” renovável, conforme informa a *Folha*, foi inaugurado em São Paulo o Museu da Língua Portuguesa. A façanha custou R\$ 37 milhões. Até FHC, aquele do “português óbvio e ululante”, marcou posição no ato. *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, roubou a cena. Agora, fim de festa, é preciso zelar para que o museu não fique entregue aos guardas, isto é, às moscas azuis...

Desafinado - Ministério da Cultura ficou muito no oba-oba e na cantoria. Talvez, por isso, tenha esquecido de definir e pôr em prática uma política cultural digna de um governo que se pretendia revolucionário. Logo, ficou de bom tamanho o “pau” dado em Gil pelo poeta Ferreira Gullar. Com direito a coro do “amigo” Caetano.

Desamores editoriais - O melhor suplemento literário do Brasil dedicou justo espaço para os 30 anos de *Lavoura Arcaica*, de Raduam Nassar. *Rascunho*, infelizmente, esqueceu de mencionar a excelente obra *Desamores*, de Maria Salete Daros (Edufsc e Edusp). O editor Rogério Pereira já tem em mãos um novo exemplar.

Fica para uma próxima - Agenda apertada pela reeleição inviabilizou entrevista do ministro Fernando Haddad à revista *Verbo*.

TRIVIAL

TRIVIAL

AGENDA:

FEIRA DO LIVRO DE FRANKFURT
04 a 08 de outubro de 2006
Mais informações:
(11) 3069-1300
www.book-fair.com

FEIRA INTERNACIONAL DO LIVRO DE GUADALAJARA
25 de novembro a 03 de dezembro de 2006
Mais informações:
(11) 3069-1300
www.fil.com.mx

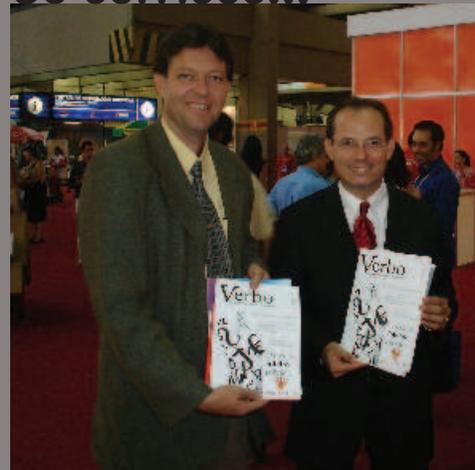
Inauguração



Cleide Silvério

“Sentinela da cultura universitária”. Assim o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, sintetizou a importância da Livraria da Imprensa Oficial. Inaugurada no último dia 14 de agosto, o espaço é resultado de uma parceria entre a ABEU e a Associação Brasileira de Imprensas Oficiais.

Só sorrisos...



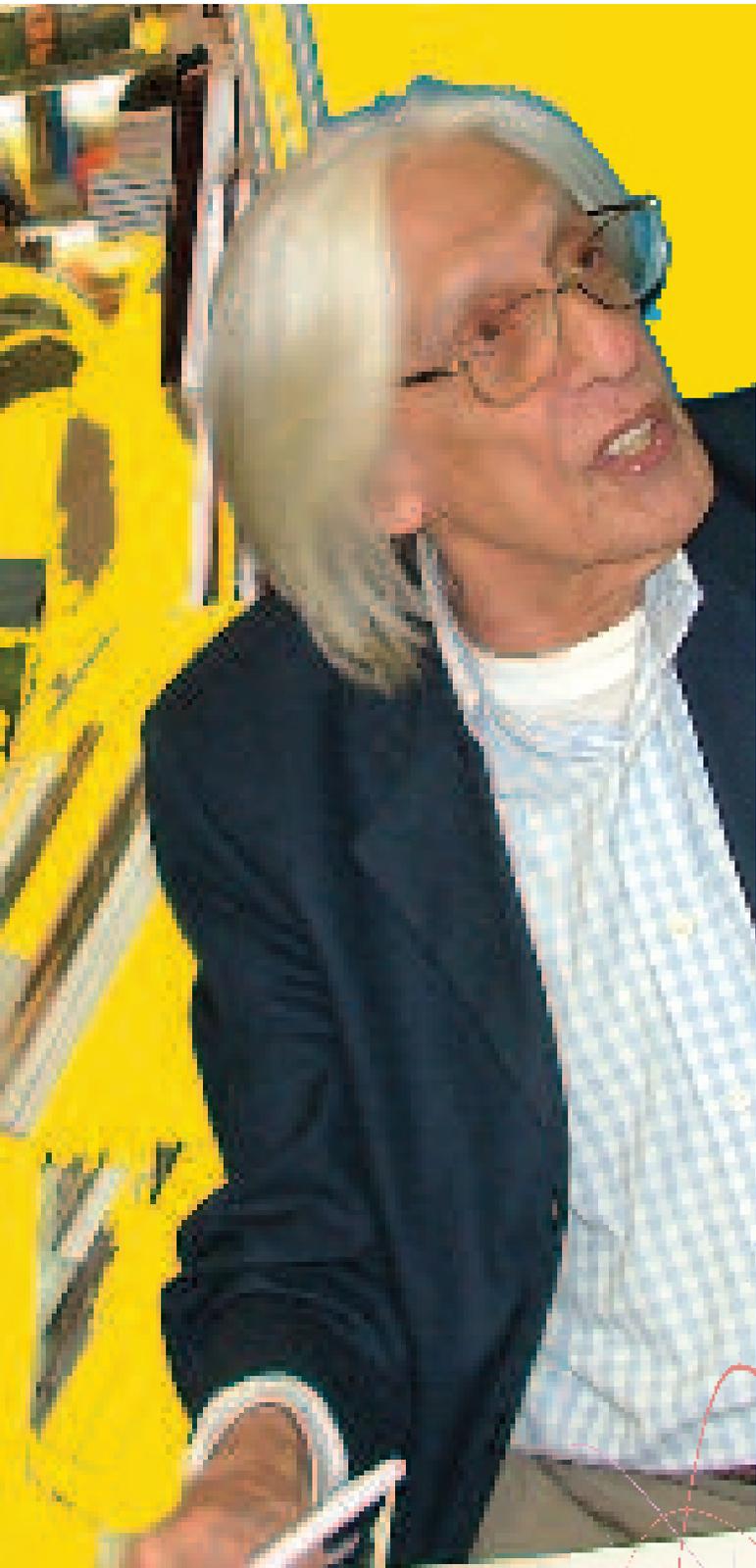
Bruno Moreschi

Da esquerda para direita: o presidente da ABEU, Valter Kuchenbecker, e o coordenador do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), Galeno Amorin, mostram a edição piloto da revista *Verbo*.

Gullar solta o verbo

POR MOACIR LOTH (TEXTO E FOTOS)

Entrevista exclusiva com o poeta
Ferreira Gullar



Escrito em 1975 no exílio em Buenos Aires e publicado há cerca de 30 anos, o *Poema Sujo*, que acaba de ganhar uma reedição acompanhada de CD pela José Olympio Editora, realiza “a melhor síntese desse longo e difícil esforço” para o poeta Ferreira Gullar “exprimir a complexidade numa linguagem acessível”.

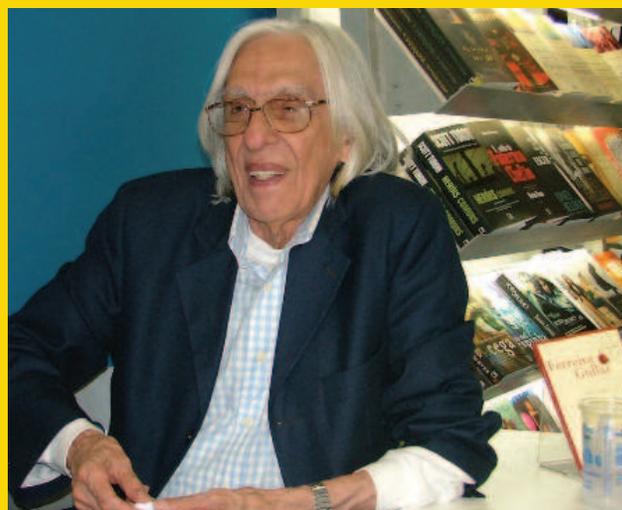
“Sou um poeta do Nordeste brasileiro, um poeta do Maranhão, da cidade de São Luís do Maranhão.” Ferreira Gullar nasceu em 1930. “Quando comecei a escrever – por volta dos 13 anos – pensava que todos os poetas já haviam morrido, e mesmo assim entreguei-me entusiasticamente a esse ofício de defuntos.”

Gullar se fez verbo. Sempre ligado à comunicação e à cultura, dedicou-se à literatura, ao teatro, às artes, ao rádio, à TV e, sobretudo, ao jornal. Atualmente, além de um programa de entrevistas na televisão, ocupa a contracapa de domingo da *Ilustrada*, da *Folha de São Paulo*. “Foi no ato de ler e não no ato de escrever que a minha visão da literatura subitamente se configurou. Já não pude, a partir daquele instante, ser a mesma pessoa”, declara.

Publicou, entre outros, *A luta corporal* (1954), *Cultura posta em questão* (1964), *Vanguarda e desenvolvimento* (1969) e *Dentro da noite veloz* (1975). Na Bienal de São Paulo desse ano lançou, dentro da série *Sabor Literário*, *Sobre arte/Sobre poesia* (*Uma luz do chão*). Na luta política, destacou-se através do Centro Popular de Cultura (CPC).

Cada poema muda o poeta. Conheça um pouco do pensamento atual de Ferreira Gullar nessa entrevista exclusiva à revista *Verbo*. Além de defender uma política de Estado para as editoras universitárias, o escritor fala de leitura, jornalismo, política, liberdade, justiça, Internet, democracia e poesia.

▶▶ “Depois de um período de baixa, o jornalismo cultural voltou a melhorar” ▶▶ “Só a qualidade do que escrevemos garante a sua permanência”



Verbo - Como melhorar o índice de leitura no Brasil?

Gullar - Além da distribuição de livros nas escolas, devem os pais estimular os filhos a ler. Mas cabe ao professor o papel principal.

Verbo - As editoras universitárias mereceriam uma Política de Estado?

Gullar - Penso que sim, já que a tendência do mercado editorial é lançar livros que vendam muito. As obras especializadas ou de público restrito dificilmente encontram acolhida das editoras comerciais.

Verbo - O jornalismo tem cumprido seu papel no País? Fale um pouco sobre o que está acontecendo com o chamado jornalismo cultural.

Gullar - Creio que sim, ainda que com acertos e erros.

Embora não acompanhe tudo o que se faz em matéria de jornalismo cultural no País, creio, pelo que posso observar, que voltou a melhorar, depois de um período de baixa.

Verbo - O engajamento político do artista pode ajudar na transformação social. A poesia, espécie de prima pobre da literatura, também tem esse poder?

Gullar - O engajamento político é uma opção de qualquer cidadão. O artista pode ou não fazer arte engajada, conforme seja seu modo de encarar o problema. De qualquer modo, a arte de má qualidade não contribui para nada. Para fazer arte política, o artista tem que fazê-la de alta qualidade.

Verbo - O Brasil, mesmo “redemocratizado”, continua

anti-democrático? Culpa de quem?

Gullar - Acho perigoso simplificar esta questão. O Brasil ainda está longe de uma democracia plena, que, aliás, não existe em parte alguma. As desigualdades sociais comprometem o caráter democrático da sociedade mas muito pior é a ditadura, que nem permite denunciarmos a desigualdade. Temos todos de lutar pela progressiva democratização do País, com a redução das desigualdades sociais e a manutenção das liberdades democráticas.

Verbo - O sr. é contra ou a favor da criação do Conselho Nacional de Comunicação? Por quê?

Gullar - Sou contra qualquer modo de controlar a liberdade de expressão. Já existem leis para coibir os excessos.

Verbo - Qual é a sua bronca com os gramáticos e revisores?

Gullar - Não tenho bronca com gramáticos e revisores. Defendo que as pessoas cultas sigam a norma culta de falar e escrever. Mas não se pode perder de vista o fato de que o idioma está sendo permanentemente reinventado pelo falar do povo.

Verbo - Fale um pouco sobre o seu processo de criação. Como nascem seus poemas, artigos, livros?

Gullar - Meus poemas nascem de maneira diferente de como nascem meus artigos e ensaios. Em geral, os poemas nascem de um espanto, uma descoberta inesperada que dá origem a um processo criativo muito peculiar. Já os artigos e os ensaios surgem da necessidade de opinar ou compreender questões da vida social ou da cultura.

“Para fazer arte política, o artista tem que fazê-la de alta qualidade”

▶▶“Escrevi o Poema Sujo como se fosse a última coisa que fazia na vida”▶▶“O Brasil ainda está longe de uma democracia plena”



Gullar autografa *Poema Sujo* e conversa com o diretor de Comunicação da ABEU e diretor da Edefsc, poeta Alcides Buss.

Verbo - Quais conselhos que daria aos escritores que estão começando? Conte a sua experiência, um pouco da sua história.

Gullar - Se fosse dar um conselho aos jovens, lhes diria que, se desejam mesmo seguir a carreira de escritor, precisam escrever com o máximo de exigência, em busca, sobretudo, da melhor obra e não apenas do sucesso. Só a qualidade do que escrevemos garante a sua permanência.

Verbo - Na sua opinião, ler é melhor do que escrever? Quais são suas leituras preferidas?

Gullar - As duas coisas são prazerosas, cada uma à sua maneira. Mas escrever – especialmente quando escrevo poesia – me dá um prazer maior que qualquer leitura.

Verbo - Como surgiu *Poema sujo*?

Gullar - O *Poema Sujo* foi publicado em 1976 e nasceu em 1975 em Buenos Aires, onde vivia, exilado. Escrevi-o como se fosse a última coisa que fazia na vida, uma vez que sentia-me ameaçado tanto pela ditadura argentina quanto pela brasileira, que atuavam conjuntamente. Mas o poema de fato atendeu a uma necessidade profunda de resgatar o tempo vivido e a vida mesma com suas contradições, enigmas e deslumbramentos.

Verbo - O sr. tem sido um crítico atento do governo petista. Onde estão os grandes erros e acertos?

Gullar - Os acertos estão, sobretudo, na política econômica e na política social, herdadas do governo

anterior. Os erros, no aparelhamento do Estado, na corrupção e na manipulação permanente da opinião pública.

Verbo - O poeta continua acreditando no comunismo como saída para a justiça social?

Gullar - Creio que o comunismo cumpriu o seu papel, ajudou a mudar a sociedade e esgotou seu caminho. Isso não significa que o capitalismo se tornou bonzinho nem que devemos desistir de mudar a sociedade. A busca da justiça social e da igualdade é inextirpável da condição humana e, por isso, continuará.

Verbo - Qual a sua relação com as novas tecnologias? O que acha, por exemplo, da Internet?

Gullar - A tecnologia ajuda a tornar a vida humana melhor e contribui

para o avanço da própria sociedade. A Internet é uma extraordinária conquista do homem contemporâneo e está mudando a sociedade a cada dia.

Verbo - O sr. tem horror ao passado. O que está fazendo hoje e planejando para amanhã?

Gullar - Quando digo que tenho horror ao passado, refiro-me à minha vida pessoal, ao que vivi e perdi, aos entes queridos e amigos que se foram. Não curto chorar o que se foi. A vida é o presente, onde se constrói o futuro. Não planejo minha vida, a não ser a curto prazo. Meus poemas e meus livros nascem de descobertas inesperadas, quase sempre.

“Cabe ao professor o papel principal de melhorar o índice de leitura no País”

O erotismo da tradução

Nova roupa ou novo corpo ao poema?

Uma interessante
visão sobre o processo
de traduzir, ato que
mistura alto risco, mas
também, um toque de
elegância

POR DIDIER LAMAISSON

Não há dúvida, *omnibus notum*, a poesia é intraduzível. Mesmo assim há quem teime em traduzi-la. Quem são esses recalcitrantes? Sonhadores irrecuperáveis? Charlatães? Descrentes resignados com a perspectiva de nunca atingir seu ideal?

Para descobrir o que – fantasia, impostura ou cinismo – inspira seu projeto, esquadriremos os pressupostos em que se baseia a opinião tão irrefletida que, de antemão, invalida toda tentativa de traduzir poesia.

Quem julga que o texto poético é intrasladável não vê a poesia como um corpo de mulher que pode, sem prejuízo, vestir-se de trajes diversos: pensa que com outra roupagem lingüística a beleza ficaria irremediavelmente comprometida. Ou seja, a língua não é um ornamento, é o próprio corpo, que o trabalho de tradução agride. No caso, o tradutor não é um grande costureiro, mas um cirurgião plástico. Sua ação, irreversível, é de alto risco. Inclusive, o de morte.

Exatidão?

Tal modo de ver as coisas aprisiona o poema no reduto da língua em que foi escrito. A poesia oferece seu ser em versão original ou não oferece nada. Está proibida de fazer turismo. Se o estrangeiro quiser conhecê-la, que prepare a viagem e venha contemplá-la em seu local de origem. A poesia é habitação e o poeta está habitado. Não pode a poesia, nem tampouco o homem, inventar para si, a seu bel-prazer, uma terra natal.

Exemplifiquemos essa concepção. Se, em francês, traduzo simplesmente: *Amar se aprende amando* por *Aimer s'apprend en aimant*, por mais exata e impecável que seja a correspondência entre o francês e o português, há uma perda apreciável:

- o ritmo par do original é quebrado pelo trissílabo em *aimant*;
- dos cinco fonemas em –a do português, só fica um em francês;
- semanticamente, aprender é mais limitado que *apprendre*;
- o gerundivo francês em *aimant* implica uma estrita verbalização que, em português, é bem menos impositiva.

E ainda: as diferenças de fonemas contaminam sutilmente o sentido. No infinitivo, o rotacismo da desinência portuguesa *ar* faz com que, misteriosamente, não se possa *aimer* e *amar* do mesmo modo – mistério que compete ao comparatismo fonético-semântico desvendar... Enquanto se aguarda o improvável dia em que essa disciplina for criada, só um poeta é capaz de dizer algo sobre a diferença entre *amar* e *aimer*.

Aí está como a menos complicada, a mais inocente tradução, acaba em catástrofe poética. Observação consternante: *Aimer s'apprend en aimant* traz a marca indistigável do bisturi. Carlos Drummond não mudou de roupa:

de palavras que, isoladas, são intraduzíveis. Ora, as palavras estão num verso que, por sua vez, está numa estrofe, e o conjunto dessas inclusões é que forma o poema. O contexto no qual a palavra se encontra afeta profundamente seus valores fonético, rítmico e semântico.

Ao realizar sua tarefa, o tradutor de poesia tem sempre presente essa totalidade isotópica. E no universo do poema surgem possibilidades absolutamente inacessíveis a quem não corta as algemas da literalidade.

Instala-se assim um movimento que obedece à dupla dinâmica da compensação e da transposição ou deslizamento semântico.

A compensação consiste em contrabalançar os fracassos totais com achados subtraídos à língua de chegada. Seja, por exemplo, no primeiro dos dois Sonetos do Pássaro (*A Vida passada a limpo*, 1959), cujos versos 6 e 7 são os seguintes:

“Uma necessidade urgente e rouca / De no amor nos amarmos se desola”. Em francês, há um tropeço ao se tentar o isolexismo “no amor nos amarmos” e chega-se ao pobre “Une pressante et rauque nécessité / De nous aimer au sein de l’amour se désolé”. Frustração do tradutor que, esse sim, se desola. Mas, cinco versos depois, Carlos Drummond caracteriza com estas palavras o instante em que, graças à força da gravidade, o pássaro plana: “outro romance ocluso no ro-

Só um poeta é capaz de dizer a diferença entre amar e aimer

está mesmo é desfigurado. Até no caso, voluntariamente simplista, do título da coletânea de poemas publicada pelo poeta em 1985, constata-se a impossibilidade poética de estabelecer a correspondência justalinear entre os dois idiomas.

Mas, não obstante o tão arraigado preconceito da intradutibilidade da poesia, são inegáveis os exemplos de resultado perfeito. Constituem admiráveis obras-primas as traduções de Edmond Rostand por Carlos Porto Carreiro, de La Fontaine e de Edgar Allan Poe por Milton Amado, de Rimbaud por Ivo Barroso. A impossibilidade teórica da tradução perde o rigor diante de tais sucessos.

Para explicar o paradoxo, não cabe recorrer ao surrado argumento de que “não há regra sem exceção”. Mais honesto é admitir que a citada teoria não chega a ser séria.

De fato, ela supõe que a poesia decorre da simples adição

mance”. Assumindo apenas o risco de quase apagar a idéia de oclusão, a tradução francesa aproveita a oportunidade de paronomásia que, ao musicalizar profundamente o verso, equilibra por isotopia o tropeço anterior. E tem-se: “romance qui dans l’amour recommence”.

Procede assim o trabalho ortopédico do tradutor: quando sua tradução esbarra num obstáculo e começa a claudicar, ele lhe fabrica, para os passos seguintes, uma palmilha dupla e, esquecido o incidente, a poesia prossegue sua marcha nupcial. Quem vai lembrar-se das minigâncias que se escondem sob as saias de uma noiva?

Os fenômenos de transposição constituem o instrumental retórico básico do tradutor. Conviém enumerar alguns, sem descrever as razões



eufônicas, rítmicas ou semânticas que os justificam isotopicamente. Todos esses exemplos são tirados de *Claro enigma* (1951) e da respectiva tradução francesa publicada em 1990 pela editora Gallimard.

– A Translação pode transformar um verbo em adjetivo. Assim: “uma fogueira a arder” torna-se: “un brasier ardent” (Entre o ser e as coisas).

– A Nominalização faz de um verbo um substantivo: “Tudo que lembro e sei” torna-se: “Tout souvenir, tout savoir” (Legado) – ou, de uma proposição relativa, um substantivo: “onde se estenda” torna-se: “dans son étendue” (A Ingaia Ciência).

– A Lexicalização substantiva uma proposição subordinada. “Que é tudo como se fosse” torna-se: “Que tout soit un comme si” (Cantiga de enganar).

– A Braquilogia reduz um complemento do substantivo ao grupo substantivo + epíteto. “No fecho da tarde” torna-se: “Au soir tombant” (A máquina do mundo).

– A Hendíade subordina um substantivo a outro, para substituir o grupo substantivo + epíteto. “Apelo assim maravilhoso” torna-se: “Cet appel de l’émerveillement” (A máquina do mundo).

– A Hipálage inverte substantivo e epíteto. “No sono rancoroso dos minérios” torna-se: “Dans la rancune endormie des minéraux” (A máquina do mundo).

– A Enálage modifica o tempo do verbo. “Foi” torna-se: “Aura été” (Legado).

– A Metonímia substitui o todo pela parte. “Para quem” torna-se: “Pour des yeux qui” (A máquina do mundo).

– O Assíndeto suprime uma preposição. “Sonho da existência” torna-se: “Le rêve existence” (A Ingaia Ciência).

– O Epitetismo acrescenta um adjetivo. “Glacialidade” torna-se: “Froideur glacée” (A Ingaia Ciência).

Todas essas sutis transposições, insensíveis alterações, ligeiras transferências, imperceptíveis modificações, inaparentes permutas participam de uma verdadeira cerimônia erótica. Erotismo ainda acrescido dos fenômenos de compensação já evocados, que se apóiam na dinâmica da complementaridade.

Nem grande costureiro, nem cirurgião plástico, nem orto-

pedista, o tradutor de poesia é um dom-juan que faz amor com o poema, que ele despe, acaricia com cuidado e penetra com ternura. E, quando precisa separar-se do belo corpo que teve o privilégio de estreitar nos braços, aquela esplêndida mulher de quem se despede ao amanhecer não pode estar usando o vestido de noite com que chegara: ela sai em traje de passeio.

Contanto que tenha o bom gosto de não usar jeans, não perde a elegância após uma noite tão agitada. Mesmo em trajes de viagem Sônia Braga faz qualquer um sonhar.

O tradutor de poesia é um dom-juan que faz amor com o poema

(*) *Didier Lamaison* é tradutor de vários autores para o francês, entre eles, Carlos Drummond de Andrade e Ferreira Gullar (o entrevistado dessa edição da revista Verbo).

Tradução de *Estela dos Santos Abreu*, que recebeu o prêmio de Tradução da Biblioteca Nacional, em 1995 e, entre outros autores, traduziu as obras de Júlio Verne.

Na rede:

www.dicionariodetradutores.ufsc.br
você pode consultar a biografia de vários tradutores no Brasil.

traduzirizudar

O processo é irreversível: o livro, em breve, também será digital. Resta saber de que maneira os diferentes setores do mercado editorial entrarão em um consenso para tornar real esse futuro.

LIVROS BITES

POR BRUNO MORESCHI

No início do mês de abril, os presidentes das Bibliotecas Nacionais da Alemanha, França e Brasil reuniram-se no Rio de Janeiro para discutirem o futuro do livro. Eles estavam sentados nas espaçosas cadeiras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em uma tentativa de entender a crescente digitalização de livros na Internet. Ao redor deles, milhares de livros impressos. A questão era: como protegê-los diante das novas tecnologias?

A internet está produzindo uma mudança na literatura ao permitir com que os leitores lêem livros nas telas dos computadores, e não mais, somente no papel. Entretanto, a transformação não ocorre exclusivamente no suporte da leitura. Com a digitalização, os livros terão ferramentas, como links que dispensarão as páginas de referências em obras científicas, busca por trechos ao digitar uma palavra-chave e os chamados tags, nova febre na internet, que consiste em relacionar endereços eletrônicos através das palavras que mais se repetem. Na prática, a maneira de se ler algo mudará completamente.

O pioneiro nesse processo que transforma o livro em um produto multimídia foi o grupo de pesquisadores do Projeto Gutenberg. Criado em 1971 por Michael Hart, o grupo oferece em formato digital 17 mil livros em inglês, todos com direitos autorais cedidos. Entre eles, *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, e *A Metamorfose*, de Franz Kafka.

Entretanto, a decisão de digitalizar livros tornou-se polêmica somente em 2005, quando a empresa de internet Google anunciou que digitalizaria todos os livros das bibliotecas do mundo. O aviso assustou editores, livreiros e autores de todo o mundo e a pressão desses setores do mercado editorial fez com que a empresa suavizasse sua afirmação. Agora, o projeto permite a leitura na íntegra dos livros em domínio

público e, para os demais, apenas alguns trechos. Ficou a dúvida: o que significa um pequeno trecho?

Além da Google, outras empresas como Yahoo!, Microsoft e Amazon possuem projetos

semelhantes. Reunindo todas essas iniciativas de digitalizar livros, o acervo já é grande e inclui as bibliotecas públicas de Nova York e das universidades de Harvard, Oxford, Stanford e Michigan.

Em fevereiro desse ano, uma visita ao Brasil de Marco

Marinucci, gerente de Desenvolvimento de Negócios do Google Books, foi um sinal de que o acervo de livros do país também interessa ao Google. A visita resultou em uma proposta para digitalizar, um terço do acervo da Biblioteca Nacional, ou seja, um total de dois milhões de livros. O investimento seria de R\$ 22 milhões, três milhões a mais do que o Governo Federal repassa à instituição.

Diante da proposta, o presidente da Biblioteca Nacional, Muniz Sodré, foi cauteloso e afirmou na época que, sem a permissão do ministério da Cultura,

jamais poderia aceitá-la. Entretanto, isso não significa que a instituição esteja fora do processo mundial de digitalização de livros.

Desde 2001, quatro mil livros da Biblioteca foram escaneados e podem ser lidos na internet. Obras raras como a *Bíblia de Mogúncia* (editada por Johann Gutenberg), a primeira edição de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, a *Gramática*, de João de Barros (a primeira brasileira, de 1539), e a *História da Província de Santa Cruz*, de Gandavo, além de autores da literatura brasileira, entre eles, Machado de Assis, José de Alencar, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha.

Outra iniciativa brasileira é da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). No seu site, é possível consultar 150 mil obras do século XVIII da Biblioteca Britânica. "Quem quiser pesquisar qualquer dado sobre o período não precisará ir até Londres. Isso é extraordinário. E uma economia para nós, que damos bolsas de estudo.", diz Renato Janine Ribeiro, vice-presidente da Capes.

O próprio Ministério da Educação criou o site Domínio Público, onde o internauta pode acessar um banco de 21.109 imagens, sons, textos e vídeos. Na primeira página do endereço eletrônico, uma frase do presidente da Índia Abdul Kalam: "Uma biblioteca digital é onde o passado encontra o presente e cria o futuro".

Quem defende a digitalização de livros afirma que ela aumenta o acesso ao livro e democratiza o conhecimento – isso, é claro, para quem possui um computador com acesso à Internet.

Quem critica, aponta que a idéia pode ser apenas mais uma cara idéia do mundo virtual que pode dar errado. A digitalização do livro também fere a lei do direito autoral despertando, assim, a fúria de setores tradicionais do mercado editorial, como a Author Guild e a Association of American Publishers que, em carta endereçada ao Google, afirma que "a idéia viola os direitos autorais em massa".

Já o diretor da Biblioteca Nacional da França, Jean-Nôel Jeanneney, acredita que a digitalização de obras na Internet não é uma má idéia, mas, como qualquer nova tecnologia, sua implementação deve ser feita com cautela. "É preciso estar atento para evitar que se torne monopólio de países ou empresas e que sufoque a diversidade cultural."

<http://books.google.com/>
O Google Book Search reúne milhares de livros na internet.

<http://publisher.live.com/>
A Microsoft não perdeu tempo e criou o Windows Live Book.

O governo desembolsou US\$ 570 mil para oferecer, no site da Capes, uma base de 150 mil obras do século XVIII da Biblioteca Britânica.

Novas tecnologias de impressão

POR LUIZ EUGENIO VESCIO

Um passeio pelo estoque de uma editora pode revelar coisas surpreendentes. A maior e mais reveladora são as pilhas do "encalhe" que parecem sorrir debochadas, como se dissessem: "Ainda estamos aqui!". E o editor mais atento se vê constringido diante da materialidade de seus erros de escolha. O tempo e a quantidade de títulos publicados só faz piorar esta dolorosa sensação.

Toneladas de papel e tinta que parecem se reproduzir como coelhos, exigindo sempre mais prateleiras, outra estante, mais um galpão e cada vez mais funcionários para arrumar, proteger da umidade, recolocar nas prateleiras a volta das consignações, contar, conferir e recontar (e a conta nunca fecha!).

Por incrível que pareça fazer livros é muito fácil. Distribuir e vender é outra história. Pelos dados da CBL de 2002 existiam no Brasil 6.200 editoras e apenas 6 mil pontos de venda. Acredito que hoje essa realidade é ainda pior. De outro lado a demanda por publicações cresce nas editoras universitárias, pressionada pela lógica produtivista do "publique ou morra", ao qual estão subordinados os programas de pós-graduação.

Os livros que publicamos geralmente vendem pouco, dificilmente algum título consegue superar a marca de mil exemplares vendidos no primeiro ano. Quando conseguimos editar alguns "atemporais" eles seguem vendendo, algumas dezenas ou centenas por ano, dependendo da adoção nas universidades ou de uma notícia na mídia.

Dessa forma nosso dilema se torna ainda mais complexo, ou seja, para manter a editora de pé, uma vez que os livros vendem pouco, seria necessário trabalhar com um catálogo numeroso, para que a venda de um pouco de cada um fizesse o volume mínimo para pagar as contas. No entanto, produzir muitos títulos significa um enorme investimento em todo o processo editorial e principalmente na impressão e estocagem. Com isso retornamos ao ponto inicial deste texto.

A minha experiência na Edusc (Editora da Universidade do Sagrado Coração) ensinou que o livro digital pode ser uma boa saída para o problema das editoras universitárias. Nestes últimos anos muita coisa melhorou e contribui para a superação de vários gargalos do processo. O primeiro deles é que hoje é possível imprimir o miolo e a capa no processo digital. Antes as capas precisavam ser feitas em off-set, o que implicava em um delicado processo de estocagem somente para as capas (feitas em tiragem de mil), enquanto que o miolo era produzido sob demanda.

Outro avanço significativo é a possibilidade de contratação de uma gráfica digital que produza, gereencie o estoque e despache ao consumidor (leitor, livraria ou distribuidor), cabendo à editora o processamento da venda, emissão de nota fiscal e boleto bancário. De igual modo com uma boa base de informática local, todo o tráfego de arquivos digitais entre a editora e a gráfica pode ser feito via internet. A *Gráfica Bandeirantes* tem sido muito competente no trabalho que presta à Edusc e eles inclusive

estão desenvolvendo, inclusive, bases operacionais em diversas regiões do Brasil, o que num futuro próximo possa baratear ainda mais os custos com frete, uma vez que os livros consumidos no centro do país poderiam ser produzidos e despachados a partir de Brasília, na Região Norte em Belém ou Manaus e assim por diante.

Na última feira mundial da indústria gráfica de Dusseldorf em 2004, pude conferir as novas impressoras digitais que estarão aportando no Brasil. Entre elas fiquei muito impressionado com um modelo da IBM que usa papel em bobina, produz cadernos dobrados e alceados com 32 páginas frente e verso (14 x 21 cm formato fechado). A capa já pode ser impressa em papel de até 300 g/m², também pelo processo digital. Completando o circuito das novidades também já está disponível para o livro digital o sistema de colagem com PUR (o mesmo das listas telefônicas), que na Alemanha já substituiu totalmente o processo de costura, mesmo dos livros produzidos em off-set.

Os preços desses equipamentos são ainda muito elevados. Investir neles não me parece tarefa para as editoras, mas estimular que as gráficas possam comprá-los para nos atender, principalmente se nossa atuação for feita reunindo várias editoras que pretendam utilizar este sistema, pode ser um bom caminho.

Os ganhos para nossas editoras podem ser promissores. Principalmente porque o livro digital produzido sob demanda reduz significativamente os estoques, permite que a editora possa apostar em autores pouco conhecidos, aumenta a possibilidade de fazer um catálogo maior em menor tempo e, por fim, termina com a figura da edição esgotada. O caso da Edusc é bastante significativo. Em pouco mais de dez anos produziu 500 títulos, mais de 95% no sistema digital e não tem praticamente nenhum título esgotado.

A decisão de migrar para o sistema digital para editoras com catálogo numeroso feito em processo off-set implica na recuperação ou produção dos arquivos digitais do miolo e capa de cada um de seus títulos. Quem preferiu guardar fotolitos ou laser-film terá mais problemas do que aqueles que possuem esse material digitalmente armazenado, preferencialmente em arquivos tipo PDF.

Em minha opinião, todos temos a ganhar e muito com a transição para o livro digital, principalmente se isto for feito de maneira associada e solidária, inclusive com a intermediação da ABEU, que muito pode contribuir com a força de seus sócios, no sentido de encaminhar à indústria gráfica nossos requerimentos, que são diferenciados das chamadas "editoras comerciais" ou grandes.

Luiz Eugenio Vescio é doutor em História Social, professor do Departamento de História da UFSM e foi editor da Edusc entre 1995-2006.

As múltiplas interpretações da Lei de Direitos Autorais intensifica a divisão entre os que acreditam que a fotocópia de livros é disseminação de conhecimento e aqueles que defendem que a prática é criminosa.

Copiar ou não copiar?

POR ARTÊMIO REINALDO DE SOUZA

Um copiar ou não copiar, fruto, como quase tudo no Brasil, das chamadas “brechas legais”, está criando uma aparente controvérsia jurídica que, no caso específico, se dá por conta do próprio texto da lei 9610/98, a Lei de Direitos Autorais que protege os direitos do autor sobre sua propriedade intelectual e que traria em si, em tese, uma lacuna. O texto legal garante, de fato, os direitos autorais sobre a obra escrita e proíbe a cópia não autorizada.

O artigo 29, por exemplo, diz que depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como a reprodução parcial ou integral.

A polêmica é potencializada porque a lei não estabelece um limite para xerox de livros. Fala apenas que não há ilegalidade se a fotocópia for de “um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este sem intuito de lucro”.

Para os universitários, um pequeno trecho pode ser um capítulo de um livro ou um artigo de uma revista científica. Além disso, o aluno ou pesquisador não visa lucro ao pedir uma xerox, por isso, não fere a legislação.

UNIVERSITÁRIOS

Nesse samba do crioulo, alunos de universidades públicas e particulares lançaram, em São Paulo, um movimento nacional para defender a liberação do uso de xerox de livros nas instituições, o “Copiar Livro é Direito”, com adesões de estudantes da USP, PUC-SP, FGV (Fundação Getúlio Vargas) de São Paulo e do Rio, Mackenzie, Ibmecc-RJ e Universidade São Judas na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP), com uma oficina aos calouros sobre direitos autorais.

Escolas e as editoras também receberam um manifesto, dizendo que a intenção é “trazer à discussão as dificuldades

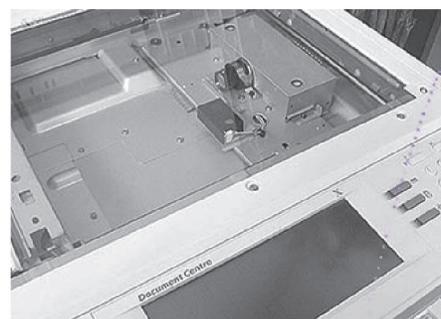
enfrentadas por estudantes, professores e pesquisadores, impossibilitados de fotocopiar livros por conta de ações arbitrárias e abusivas colocadas em prática desde 2004. O movimento se refere à Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, representante das editoras. A ABDR já botou a boca no saxofone e vem pedindo ações policiais de busca e apreensão de xerox de livros nas universidades. Só em 2005 foram 158.

Polêmica lançada, universidades e editoras divididas. Os primeiros acham (ou têm certeza) que é impossível fazer um curso superior sem as fotocópias, pois as leituras exigidas são muitas e o dinheiro é curto. Levantamento feito pelo diretório de administração da FGV aponta que um estudante no primeiro semestre teria de gastar R\$ 2.000 para comprar as obras pedidas pelos professores.

ABDR

Do outro lado do espelho, a ABDR (Associação Brasileira de Direitos Reprográficos) afirma, com todas as letras disponíveis, que pretende conhecer o movimento dos estudantes universitários pela defesa do direito de copiar, mas avalia que a proposta não discute o eixo do problema.

“Temos de ver como está o acesso ao conhecimento. Com as bibliotecas mal equipadas, os alunos são obrigados a recorrer às cópias”, afirma o advogado da associação, Dalton Morato. Cálculos da ABDR mostram que o setor perde, por ano, R\$ 400 milhões devido às fotocópias (mesmo valor do faturamento das editoras). A entidade afirma que a tiragem média das obras era de 5.000 exemplares há cinco anos, número que caiu para mil atualmente. Menos exemplares fazem com que o preço dos livros suba, dificultando o acesso.



Morato refuta a posição de que as bibliotecas não têm como atender totalmente aos alunos. “Não precisa ter uma obra para cada um, nem todos pegam o livro ao mesmo tempo. Um livro para cada dez estudantes já é razoável”, diz o representante

A associação lançou em outubro do ano passado campanha que dá 40% de desconto no preço dos livros do ensino superior para as bibliotecas. Para obter o desconto, as bibliotecas tinham de fazer um contrato com a ABDR, que reúne 161 editoras, comprometendo-se a coibir a cópia indevida pelos estudantes do ensino superior

O desconto aparentemente não agradou às universidades (o retorno foi tímido: pouco mais de 20 instituições adquiriram livros pelo programa, apresentado a cerca de 400 escolas), nem resolveu o problema das copiadoras. O professor Walter Colli, da USP (Universidade de São Paulo), afirma que as cópias sempre serão necessárias, apesar de a USP ser contra a pirataria. “Não dá para as instituições comprarem mais de um exemplar de livros de referência, de coleção, porque eles são caríssimos”,

arremata.

De acordo com a diretora-técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, Adriana Ferrari, a universidade investiu R\$ 6 milhões durante os últimos quatro anos na aquisição de obras. Para ela, não adianta oferecer desconto se as publicações não forem de interesse da USP. “Temos de saber exatamente quais são os livros e se eles têm vínculo com a pesquisa, ensino ou extensão”.

O chefe de gabinete da Reitoria da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Guilherme Simões, afirma que o problema das cópias é “educacional e cultural”, e não de pirataria. As bibliotecas estão aquém do que deveriam, mas mesmo se existissem bibliotecas ultra-equipadas, a cópia continuaria sendo necessária, pois a população dos leitores é grande”.

A ABDR estima que, em 2005, as editoras perderão R\$ 400 milhões com o xerox indevido de livros universitários. O valor é maior do que o faturamento das editoras em 2004, de R\$ 346 milhões.

Os números mostram que o cenário relacionado ao livro e à literatura no Brasil é desanimador. Um descaso histórico vergonhoso que faz o Brasil ser um país..

Reprovado

A pouca leitura

- ▶ Apenas **25%** dos brasileiros têm “habilidades mais refinadas” para ler um texto e compreendê-lo.
- ▶ Só 32%, entre adultos e alfabetizados no país, afirmam gostar de ler. A maioria desse percentual é formado por mulheres.
- ▶ O brasileiro gasta, em uma semana, 18,4 horas em frente à televisão contra 5,2 horas lendo um livro. A média mundial é de 6,5 horas.

0 acesso ao livro

- ▶ O necessário seriam **10** mil livrarias. No Brasil há apenas 1.300.
- ▶ 5.035 bibliotecas. Seriam necessárias 11.300 acervos.
- ▶ 17% dos municípios não têm biblioteca.
- ▶ Com a renda média de um japonês, é possível comprar 4.029 livros no ano. No Brasil, a quantidade é de 1.500 livros por morador. Só ganha da China e do México.

A base do problema

60% das crianças que terminam a 4ª série **não sabem ler** corretamente.

- ▶ 207,2 mil escolas de ensino básico no país: 26,3 mil **não têm energia elétrica**.
- ▶ 12,6% da população do Brasil é **analfabeta**, ou seja, 24 milhões de pessoas. É um analfabetismo maior que do Peru, do Paraguai, do Chile, da Argentina e do Uruguai.
- ▶ Enquanto os EUA investem anualmente US\$ 8.157 por aluno no ensino médio, o Brasil despende apenas **US\$ 651 (*)**.
- ▶ Apenas **10,4 %** dos jovens entre 18 e 24 anos estão na faculdade.

* Levando em conta a cotação média do dólar de 2,20.

Fontes: MEC, INEP, UNESCO, PREAL, BID, IBGE, Grupo de Pesquisas em Economia do Entretenimento do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), NOP World, ONG Leia Brasil, Ibope.

O secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura, José Castilho Marques Neto, acredita que, quando se fala em políticas editoriais, o governo atual está...

Aprovado

Ao sancionar a Lei do Livro em 2003, o Presidente Lula criou o instrumento legal para deflagrar no nosso país o necessário resgate de políticas públicas voltadas para o estímulo das práticas leitoras e da cultura letrada, até aqui dominadas pelo arcaísmo das discriminações socioeconômicas históricas do Brasil, que resultou, neste início do século XXI, numa sociedade ainda maculada por uma taxa de 13,6% de analfabetismo absoluto e 38% de analfabetismo funcional. Pesquisas recentes ainda atestam que o índice brasileiro de leitura por habitante/ano é de 1,8 livros lidos, abaixo da vizinha Colômbia (2,4) e muito distante de países desenvolvidos como França (7,0). Dados como esses são fatores objetivos para o rebaixamento do país na atual sociedade da informação e do conhecimento e claramente discriminatórios na promoção da igualdade social e no desenvolvimento econômico.

A formalização legal se desdobrou em iniciativas importantes que se somaram a alguns passos empreendidos por governos anteriores no desenvolvimento das cadeias criativas, produtivas e distributivas do livro e também na capacidade de incentivo à formação e aperfeiçoamento de leitores.

Em dezembro de 2004 o Governo desonerou de impostos toda a cadeia produtiva do livro; em 2005 promoveu, em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade civil o VIVALEITURA - ação integrada ao Ano Ibero-americano da Leitura que envolveu 21 países e que contou com milhares de iniciativas pela leitura no país; foi criada a CÂMARA SETORIAL DO LIVRO LEITURA, instância voltada para a permanente reflexão e negociação de todos os segmentos e instituições relacionadas ao livro e à leitura; em 2006, em inédito reencontro entre o Ministério da Cultura e o da Educação, foi lançado o PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL), ao mesmo tempo um diagnóstico dos problemas que ainda afligem a plena capacidade leitora do país e um sistematizador de ações do Poder Público e também da sociedade. Programas de acessibilidade ao

livro, como o FOME DE LIVRO, criado para zerar o número de municípios brasileiros que não possuem bibliotecas, implementou 531 novas bibliotecas municipais sob a direção da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A FBN também reativou o PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – instituído em 1992. No MEC, iniciativas fundamentais para o desenvolvimento das ações do Estado na área da leitura se ampliaram significativamente em programas diversos: Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM) e o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, atingindo milhões de alunos, professores e famílias brasileiras.

Apesar de tudo, ainda há muita coisa por se fazer para transformar as ações pró-leitura, hoje condensadas no PNLL, em Política de Estado, garantindo ações com perenidade republicana determinada pelo interesse comum, acima dos partidos, e com o objetivo de incluir o cidadão brasileiro, como leitor pleno, na cultura letrada.

Esta diretriz deverá estar vinculada a políticas que garantam um maior e melhor acesso à escola, o reconhecimento da centralidade das bibliotecas como espaço democratizante da leitura e o apoio aos setores criativo, produtivo e distributivo da indústria editorial. Uma Política de Estado para o setor deve identificar a leitura e o livro como eixos estruturantes da sociedade e não apenas como bens de consumo ou produtos de sofisticação cultural para poucos. Uma política responsável de valorização do livro e da leitura envolve as competências de todas as instâncias de governo centradas na educação pela cidadania, devendo se desdobrar em ações conjuntas de todas as instâncias públicas e privadas, tornando-se tema prioritário na agenda política de desenvolvimento nacional e expresso numa POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Com a palavra o novo governo que tomará posse em 1º de janeiro de 2007.

Uma Política de Estado deve identificar a leitura e o livro como eixos estruturantes da sociedade e não apenas como bens de consumo

José Castilho Marques Neto também é professor doutor de Filosofia na Unesp/Araraquara, diretor da Editora da Unesp e presidente da EULAC (Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe).

